

28 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

Cármen Lúcia critica excesso de normas e convênios do CNJ

Presidente do STF afirmou temer 'burocratização excessiva'

Na primeira sessão como presidente do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), a ministra Cármen Lúcia criticou nesta terça-feira (27) o excesso de normas que vigoram no colegiado, responsável por fiscalizar a atuação dos magistrados no país.

“Eu temo por uma burocratização excessiva, que é o contrário da razão de criação desse conselho. Em qualquer caso, quanto mais normas tiver, mais fácil é não cumpri-las. Basta ter um número grande para que se possa não conhecer todas e não se dar cumprimento”, afirmou.

Ela questionou ainda a eficácia dos convênios firmados pelo CNJ com os mais variados órgãos e adiantou que se debruçará sobre cada um deles para identificar quais são, de fato, necessários.

“Firmar convênio, fazer papel, assinar e não sair nada dali me parece uma forma até de não se fazer as coisas acontecerem, de não se dar efetividade ao que precisa ser efetivo. Não é que eu não deva firmar convênios, acho que disso tem que ter um resultado prático, senão fica um pouco como um engodo”, criticou.

“Não adianta fazer seminário, que é uma coisa ultrapassada, no sentido de apenas conversar. Da discussão há de resultar projetos, desses projetos resultarão em práticas, que precisam ser testadas. O CNJ foi criado para aperfeiçoar a prestação da jurisdição para o cidadão brasileiro”, acrescentou.

Cármen Lúcia salientou a necessidade de transparência do trabalho do conselho, afirmando que “quem tem fome de Justiça tem pressa”.

A ministra comunicou que agendará as sessões com antecedência de um mês, com o objetivo de reduzir as despesas com passagens de conselheiros que não moram em Brasília. “Isso racionaliza os trabalhos e os gastos. Na mesma semana, preços de passagens, tiradas do poder público, ficam mais caras”, justificou.

Cármen assumiu a presidência do CNJ e do STF (Supremo Tribunal Federal) no último dia 12, dizendo que o Judiciário está aquém das necessidades da população. (GABRIEL MASCARENHAS)

28 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

STF deve definir alternativas para acesso a remédios

Supremo julgará se Estados precisam dar medicamentos de alto custo; opção intermediária é cogitada por ministros

Governos se preocupam com impacto de ações nas contas públicas, e pacientes temem inviabilizar tratamento

NATÁLIA CANCIAN
GABRIEL MASCARENHAS
DE BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal retoma nesta quarta (28) um julgamento para decidir se os Estados devem ou não fornecer medicamentos de alto custo fora da lista do SUS ou até sem registro no Brasil a pacientes que recorrem à Justiça para obtê-los.

Diante do impasse, representantes dos governos esperam que seja adotada ao menos alguma solução intermediária que possibilite a diminuição do impacto das ações nas contas públicas.

Já associações de pacientes pedem que a decisão não inviabilize a análise de outras ações ou bloqueie acesso aos remédios por quem não têm outra opção de tratamento.

Ministros do Supremo ouvidos pela **Folha** consideram que esse tema é um dos mais delicados que passaram pelo plenário recentemente.

Pelos menos três magistrados defendem, em conversas reservadas e sem revelar o voto, a possibilidade de o tribunal encontrar uma saída alternativa, estabelecendo uma

regra que atenuar os impactos da judicialização nos cofres estaduais, sem vedar o acesso de cidadãos de baixa renda a remédios de alto custo.

Relator do caso, o ministro Marco Aurélio Mello adianta que vai tratar da necessidade de exigir que a família do paciente seja solidária quando possuir recursos. Na avaliação dele, quando o beneficiário tiver um parente com capacidade financeira para custear o tratamento, esse familiar pode ressarcir os Estados dos gastos com o paciente.

Ele já defendeu que o Estado forneça remédios de alto custo a pacientes carentes desde que haja registro na Anvisa (vigilância sanitária).

A presidente do STF, Cármen Lúcia, também já defendeu que sejam estabelecidas diretrizes para o fornecimento de medicamentos demandados em ações judiciais.

Iniciado há duas semanas, o julgamento foi suspenso após o ministro Luís Roberto Barroso pedir vista. Ele e outros nove ministros ainda devem proferir seus votos.

CASOS

Dois casos motivaram a análise. O primeiro é de uma paciente do Rio Grande do Norte com hipertensão arterial pulmonar. Em 2007, ela recorreu à Justiça para ter acesso a um medicamento de alto

custo não disponível no SUS. Obrigado a custear o remédio, o Estado recorreu ao STF.

O segundo caso é de uma paciente de Minas com doença renal crônica que recorreu ao Supremo para o Estado custear o acesso a um remédio sem registro na Anvisa.

Para o procurador do Rio Grande do Sul Tanus Salim, que representou os Estados na primeira sessão de julgamento, os governos não podem ser obrigados a custear remédios de alto custo que não estão previstos no SUS.

“Senão o atendimento a poucos usuários, feito com muitos recursos, vai inviabilizar o tratamento a todos os usuários”, diz. Segundo o procurador, se o pedido não for atendido, Estados esperam que haja ao menos critérios.

“E aí poderia verificar vários fatores: se é o único tratamento disponível, se tem certificação quanto à segurança e comprovação de eficácia e se há possibilidade de conservação e estocagem.”

Outros fatores a serem analisados, diz, seriam a possibilidade dos pacientes de custear os medicamentos e se existem recursos suficientes no orçamento dos Estados.

CONTINUA

28 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Dados do Ministério da Saúde mostram que, neste ano, os gastos com demandas judiciais para fornecimento de medicamentos já superam R\$ 1 bilhão. Somados os gastos de Estados e municípios, a previsão é que o valor chegue a R\$ 7 bilhões.

“Não se separa desses R\$ 7 bilhões o que é uma ‘boa’ e uma ‘má’ judicialização. É um impacto significativo, mas está longe de ser o principal problema na saúde, que é o subfinanciamento”, avalia Ramiro Sant’Ana, defensor público do DF.

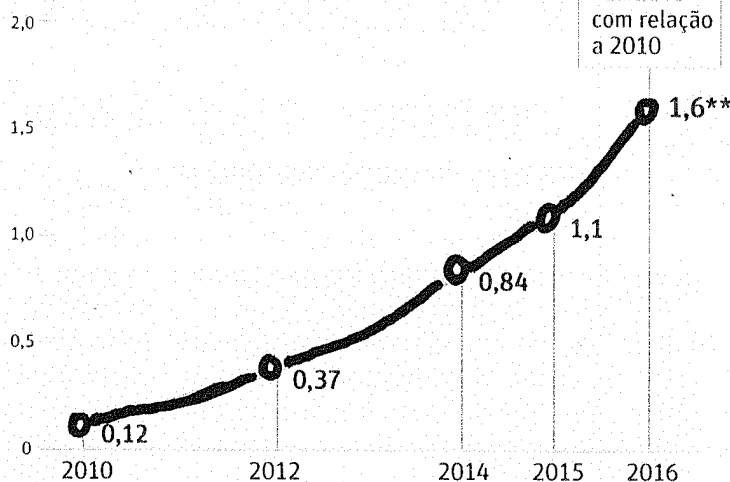
Para ele, parte das demandas também ocorre por demora na incorporação de medicamentos no SUS. “Quando faz parecer que só se judicializa medicamentos caros, corre-se o risco de tomar o todo pela parte”, afirma.

AUMENTO DA JUDICIALIZAÇÃO

Condenações e gastos dos governos em processos dispararam nos últimos anos

NO PAÍS

Gastos do Ministério da Saúde com ações judiciais, em R\$ bilhões*



R\$ 5 bilhões

foi o valor gasto por municípios, Estados e União com a judicialização em 2015

R\$ 7 bilhões

é quanto governos deverão gastar em 2016, segundo o ministro Ricardo Barros

NOS ESTADOS

Condenações do Estado de SP

| | |
|------|--------|
| 2010 | 9.385 |
| 2011 | 11.633 |
| 2012 | 12.031 |
| 2013 | 14.080 |
| 2014 | 14.383 |
| 2015 | 18.045 |

+92% com relação a 2010

Número de ações por 100 mil habitantes***

| | |
|-------------------|-------|
| Rio Grande do Sul | 24,72 |
| São Paulo | 6,79 |
| Rio de Janeiro | 3,67 |
| Minas Gerais | 2,53 |

*Depósitos e aquisições de medicamentos **Projeção ***Estudo só considerou esses 4 Estados: em SP, foram analisados os meses de janeiro e setembro de 2015; em MG, RS e RJ, a amostra se refere a março e novembro Fontes: Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde de SP e Interfarma (Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa)

28 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

STF aceita denúncia contra Gleisi e Paulo Bernardo

Senadora e ex-ministro vão responder por corrupção

Casal teria recebido R\$ 1 milhão desviados da Petrobras para a campanha de Gleisi ao Senado em 2010

GABRIEL MASCARENHAS
DE BRASÍLIA

A segunda turma do STF (Supremo Tribunal Federal) acolheu nesta terça (27) a denúncia contra a senadora Gleisi Hoffmann e o marido dela, o ex-ministro Paulo Bernardo. Com isso, o casal se tornou réu em uma ação penal.

Votaram a favor do acolhimento da denúncia os cinco ministros do colegiado: Ricardo Lewandowski, Teori Zavascki, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Celso de Mello.

A acusação é que a campanha de Gleisi ao Senado, em 2010, teria recebido R\$ 1 milhão do esquema de corrupção da Petrobras. Os repasses, de acordo com a investigação, foram solicitados por Paulo Bernardo. Eles foram denunciados pela Procuradoria-Geral da República em maio deste ano.

A turma também aceitou denúncia contra Ernesto Krugler Rodrigues, empresário que teria participado da operação de repasses à campanha. Os três responderão pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

Para Teori Zavascki, o casal se beneficiou do que classificou como “corrupção sistêmica” na Petrobras.

e lavagem de dinheiro

“Nesse contexto de corrupção sistêmica dentro da Petrobras, a denúncia apontou que Paulo Bernardo, em função do cargo de ministro do Planejamento, usando sua posição de destaque no governo federal, pediu R\$ 1 milhão a Paulo Roberto Costa [ex-diretor da Petrobras] para financiar a campanha de sua mulher, Gleisi Hoffmann”, afirmou em seu voto.

Teori ressaltou que a decisão não se baseia somente em delações. “Há outros inúmeros indícios que reforçam as declarações prestadas por colaboradores, tais como registros telefônicos, depoimentos, informações policiais e documentos apreendidos.”

Gleisi é uma das principais lideranças do PT no Senado. Ela foi chefe da Casa Civil no governo Dilma Rousseff entre junho de 2011 e fevereiro de 2014. Deixou o posto para concorrer ao governo do Paraná e ficou em terceiro lugar.

O marido comandou o Ministério do Planejamento entre 2005 e 2011, quando assumiu a pasta da Comunicações, onde permaneceu até 2015.

A participação da senadora e do ex-ministro no esquema foi apontada por Paulo Roberto Costa e pelo doleiro Alberto Youssef, em seus acordos de colaboração premiada. A acusação da Procuradoria surgiu após os depoimentos

do advogado Antonio Carlos Brasil Fioravante Pieruccin, outro delator da Lava Jato, que confirmou os repasses.

Segundo Pieruccini, em 2010, ele foi orientado por Youssef a fazer quatro viagens de São Paulo a Curitiba (PR) para entregar dinheiro à campanha de Gleisi.

Paulo Bernardo chegou a ser preso pela Polícia Federal em maio, durante a Operação Custo Brasil, um desdobramento da Lava Jato. A ação mirava um esquema de propina em contratos de prestação de serviços ao Ministério do Planejamento. Ele é suspeito de ter recebido cerca de R\$ 7 milhões em suborno.

CONTINUA

28 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

STF ACEITA DENÚNCIA

Gleisi, Paulo Bernardo e empresário viram réus



O ESQUEMA

Senadora Gleisi Hoffmann teria recebido R\$ 1

milhão para sua campanha em 2010, que viriam do esquema de corrupção na Petrobras; seu marido, Paulo Bernardo, teria solicitado o dinheiro



AS ACUSAÇÕES

Os três réus responderão pelos crimes de

corrupção e lavagem de dinheiro; Paulo Bernardo chegou a ser preso em maio na Custa Brasil, desdobramento da Lava Jato, mas caso não é relacionado a esta denúncia



OS RÉUS

Viraram réus na denúncia apresentada pela

Procuradoria-Geral da República os ex-ministros Gleisi (Casa Civil) e Paulo Bernardo (Planejamento e Comunicações), além do empresário Ernesto Kugler Rodrigues



O TRIBUNAL

Os ministros da segunda turma do Supremo

Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, Teori Zavascki, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Celso de Mello acolheram a denúncia; segundo Zavascki, casal se beneficiou de 'corrupção sistêmica'



OS ENVOLVIDOS

A participação do casal no esquema fora apontada

pelos delatores da Lava Jato Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa, mas denúncia surgiu após delação do advogado Antonio Pieruccin, que diz ter entregado o dinheiro na empresa de Kugler



OUTRO LADO

Os advogados de Gleisi e Paulo Bernardo afirmam

que há contradições na denúncia; a defesa de Ernesto Kugler diz que seu caso deveria correr na 1ª instância

> OUTROLADO <

Senadora nega recebimento de dinheiro

Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse ter ficado "triste" com o recebimento da denúncia, mas que "o voto do relator coloca que não tem certeza dos fatos ocorridos". "Portanto, me dá o benefício da dúvida."

Gleisi criticou o fato de a acusação ser baseada apenas em delações.

"Eu não recebi esse dinheiro, não conheço esses personagens, e nunca estive com Paulo Roberto Costa [ex-diretor da Petrobras]."

A senadora voltou a dizer que a Lava Jato está politizada e que o momento político do país contribuiu para a aceitação da denúncia. A defesa de Gleisi disse ainda que há uma série de contradições nas informações dos delatores e que outras testemunhas negaram as acusações.

Defensores do ex-ministro Paulo Bernardo afirmaram que nenhum dos delatores disse que ele atuou pela manutenção de Costa na Petrobras.

28 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

TJ anula condenação de PMs do Carandiru

Julgamentos que condenaram 74 policiais pelo massacre de 111 presos em 1992 poderão ser refeitos; não há prazo

Ministério Público irá recorrer ao STJ; órgão do Tribunal de Justiça de SP ainda definirá se também absolve réus

O Tribunal de Justiça de SP anulou os julgamentos que condenaram 74 policiais militares pelo massacre do Carandiru, em 1992, quando 111 presidiários foram assassinados em uma ação da PM para conter um motim.

Após a decisão do TJ, na tarde desta terça (27), a Promotoria anunciou que entrará com um recurso no STJ (Superior Tribunal de Justiça) para manter as condenações.

Os 74 PMs envolvidos no massacre na antiga Casa de Detenção de SP foram julgados em cinco tribunais, que ocorreram de 2001 a 2014.

Em todos eles, o júri votou pela condenação dos réus. As penas variavam entre 48 e 624 anos de prisão. Como a defesa recorreu da decisão, nenhum policial foi preso.

Nesta terça, dos três desembargadores da 4ª Câmara Criminal do TJ, dois votaram pela anulação dos julgamentos e um pela absolvição dos réus. Uma nova sessão será convocada, agora com a participação de mais dois desembargadores, para votarem “anulação” ou “absolvição”.

Se os dois juízes que ainda não apresentaram o voto seguirem o relator, os réus podem ser beneficiados com a absolvição completa das acusações, sem que sejam submetidos uma segunda vez ao júri —o que, aliás, não tem nenhuma data prevista.

Relator do processo, o desembargador Ivan Sartori, ex-presidente do TJ, votou pela anulação e absolvição dos réus. “Não houve massacre. Houve obediência hierárquica. Houve legítima defesa. Houve estrito cumprimento do dever legal. Agora, não nego que, dentre eles, possa ter existido algum assassino.”

“Nós julgadores não podemos nos influenciar por imprensa, ou por quem se diz dos direitos humanos. A minha consciência está aqui. Sou o julgador. Quem manda na minha consciência sou eu mesmo”, completou Sartori.

O revisor do processo e um terceiro juiz do colegiado discordaram de Sartori sobre a absolvição, mas votaram a favor da anulação dos júris.

Além do pedido de nulidade dos julgamentos, por alegada falta de provas, os advogados dos PMs também pedem que os 74 réus sejam absolvidos, usando como base a absolvição do comandante da corporação na época, o coronel Ubiratan Guimarães.

Ubiratan foi condenado em 2001 a 632 anos de prisão por 105 das 111 mortes. Cinco anos depois, o TJ o absolveu ao entender que, mesmo com a condenação, o júri quis inocentá-lo, pois aceitou a tese da defesa de que o coronel estava cumprindo o seu dever como policial. Ubiratan morreu em 2006, sem nunca ter sido preso, antes que a Promotoria esgotasse os recursos em todas as instâncias da Justiça.

Segundo a Promotoria, o recurso dos advogados pela

anulação foi usado para protelar o julgamento —e, portanto, a condenação— dos réus.

Para a procuradora Sandra Jardim, a decisão do TJ foi “inusitada”, ao tratar não apenas da anulação do júri.

“Foi uma decisão inusitada, porque a defesa nunca pleiteou esta absolvição com base na extensão de corréus julgados pelo Tribunal do Júri”, disse, numa referência ao voto do ex-presidente do TJ.

“Essa decisão foi muito mais benevolente do que a defesa pleiteou”, disse Sandra.

“É triste de ver”, disse Márcio Friggi, promotor que atou na condenação dos policiais.

Já Renato Soares do Nascimento, advogado dos PMs, comemorou. “Se fez justiça. Até hoje tentamos entender com que base os policiais foram acusados. Não se produziu nenhuma prova”, disse.

“É uma boa notícia, pelo menos para nós que somos policiais e para esses 74 pais de família que não conseguiam dormir”, afirmou o cabo Wilson Moraes, presidente da Associação dos Cabos e Soldados da PM de SP.

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

A nova vergonha do Carandiru

BRASÍLIA - Foi em outra véspera de eleição, mais de duas décadas atrás. Em 2 de outubro de 1992, a Polícia Militar de São Paulo invadiu a penitenciária do Carandiru para reprimir uma rebelião. A ação matou 111 presos em meia hora. As fotos dos corpos, nus e enfileirados no chão de concreto, correram o mundo como um símbolo da barbárie brasileira.

O massacre também se tornou sinônimo de impunidade. Depois de 24 anos, nenhum policial foi preso. Autoridades da época, como o governador Luiz Antônio Fleury Filho, nem chegaram a ser processadas. Agora o caso ganha mais um capítulo vergonhoso. O Tribunal de Justiça anulou os julgamentos que condenaram 74 PMs. Todos recorriam em liberdade, apesar da gravidade dos crimes e das penas de até 624 anos de prisão.

O relator do recurso, desembargador Ivan Sartori, defendeu a absolvição dos PMs. Ao justificar o voto, ele tentou reescrever a história. "Não houve massacre, houve legítima defesa", afirmou. A declaração é espantosa porque as vítimas estavam desarmadas e todos os policiais saíram vivos. A perícia contou uma média de cinco tiros por corpo, muitos disparados pelas costas e na cabeça.

O desembargador também deixou claro que não se importava com a reação da opinião pública. "Eu sou o juiz", decretou. "Seremos criticados pela imprensa, mas não quero saber da imprensa", prosseguiu. Seria demais esperar que ele se importasse com as famílias das vítimas.

Ao contrário do que pregam os defensores da violência policial, massacres de presos não protegem o "cidadão de bem". O resultado do Carandiru foi a criação do PCC, que organizou o crime e passou a controlá-lo dentro e fora das cadeias.

O coronel Ubiratan Guimarães, que comandou o banho de sangue, chegou a se eleger deputado. Seu número terminava em 111, num deboche com o número de mortos na invasão. Fleury não tem mais votos, mas continua no poder. É integrante da executiva estadual do PMDB.

28 SET 2016

28 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

Acusados de soltar rojão que matou cinegrafista no Rio vão a júri popular

Ministros do STJ entenderam que Caio Souza e Fábio Raposo assumiram risco de causar morte

Parte de decisão, porém, foi favorável aos réus; advogado diz que entrará com recurso junto ao Supremo

A quinta turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu nesta terça-feira (27) que os dois acusados de soltarem o rojão que matou o cinegrafista da TV Bandeirantes Santiago de Andrade, em fevereiro de 2014, no Rio, vão a júri popular.

O julgamento final ficará a cargo do tribunal do júri porque os ministros entenderam que os suspeitos, Caio Silva de Souza e Fábio Raposo, ambos com 24 anos, agiram com dolo eventual, ou seja, ao soltarem o rojão, assumiram o risco de matar.

O caso estava no STJ devido a uma decisão da Justiça do Rio em favor da defesa, desqualificando a denúncia do Ministério Público.

Os promotores pediam pena por homicídio doloso triplamente qualificado — motivo torpe, uso de explosivos e sem chance de defesa pela vítima. A pena poderia chegar a 30 anos de prisão.

O STJ considerou, porém, que a interpretação de que o crime foi praticado por motivo torpe era incabível. Decidi-

ram também que não procede a tese de que a vítima estava sem direito de defesa. Isso porque essa qualificação só seria aplicada caso ficasse comprovada a intenção dos acusados de matar o cinegrafista.

No dolo eventual, entende-se que não haveria como estabelecer a possibilidade de defesa contra algo que não é proposital.

A retirada das qualificações de motivo torpe e de ausência de possibilidade de defesa da vítima beneficia os réus. Se os ministros tivessem entendimento contrário em relação a esses dois tópicos, a pena máxima de Souza e Raposo seria maior.

Funcionário da Bandeirantes, Santiago de Andrade cobria uma manifestação no Centro do Rio quando foi atingido na parte de trás da cabeça por uma rojão aceso pelos acusados.

Eles participavam de manifestação contra o aumento do preço das passagens de ônibus.

Santiago chegou a ser socorrido e internado com traumatismo craniano, mas morreu dias depois.

Os acusados ficaram 13 meses presos preventivamente. Em março de 2015, foram soltos, mas tinham de usar tor-

nozeleiras e acatar restrições quanto a participação em protestos e a deixar o Estado.

OUTRO LADO

A defesa de Souza e Raposo disse que recorrerá da decisão ao STF (Superior Tribunal Federal). De acordo com o advogado dos acusados Wallace Paiva, a defesa fará um recurso extraordinário ao STF pedindo que a decisão tomada em segunda instância do Tribunal de Justiça do Rio seja restabelecida. O advogado pretende que os manifestantes respondam por explosão seguida de morte.

“Entendemos que eles não devem ir ao tribunal do júri. Quando o STJ os coloca nessa condição, mostra que ainda há dúvida sobre a imputação do crime. Respeitamos a decisão, mas vamos recorrer”, disse Paiva.

28 SET 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Cármem Lúcia diz que juízes devem ser éticos e sérios

Presidente do CNJ fez críticas e afirmou que
"ninguém é obrigado a ser juiz"

A presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármem Lúcia, defendeu ontem a ética na atuação dos juízes. As declarações foram dadas durante o julgamento de um caso de Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD), aberto em 2012, contra um juiz de Trairi, no Ceará. Ele era suspeito de favorecer advogados.

Na sessão de ontem, a primeira da ministra após tomar posse como presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ, o juiz recebeu a pena de censura, ou seja, durante um ano não poderá ser promovido por merecimento. A decisão foi da maioria do plenário.

A atuação do juiz foi questionada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), do Ministério Público do Ceará. Segundo o CNJ, a denúncia apresentada diz que o juiz teria favorecido - com decisões - advogados que seriam amigos dele.

Outro aspecto que estava sendo investigado foi o fato do juiz ter cedido a sua residência oficial para um amigo advogado que estaria tendo acesso a processos do tribunal e que defendia um caso que seria julgado

pelo magistrado. O juiz não se declarou impedido de analisar o caso, mesmo sendo amigo do advogado.

Em seu voto, Cármem Lúcia mencionou os concursos para a magistratura. "Verdadeiramente, precisamos estar atentos, ao meu ver, não apenas quanto ao aperfeiçoamento, mas quanto aos concursos que eu quero - ainda no início desta gestão - começar e chegar a um consenso quanto à questão dos concursos para a magistratura no Brasil".

Para a ministra, a ética deve estar presente antes mesmo de um candidato concorrer ao cargo. "Não quero que alguém se forme em ética depois. Eu quero que quem concorra [nos concursos] tenha condições éticas."

A ministra também comentou a atitude do juiz ter cedido a residência oficial. "Não me digam que porque é no interior, que não tem lugar para morar. Tem em todo lugar. Quem leva alguém para dentro de casa há de saber, a minha mãe, como a mãe de todos aqui, deve ter dito a mesma coisa: diga-me com quem andas que te direis quem és".

E completou: "e eu acho que, escutei desde sempre, desde o primeiro ano de Direito, que mais do que ser honesto, é preciso parecer".

Para a presidente do conselho e também do STF, "ninguém é obrigado a ser juiz", mas aqueles que escolhem a profissão devem ser sérios. "Agora, se for para ser juiz tem que ser juiz sério ou a pessoa não é juiz. É simples assim para mim. E, por isso mesmo, acho casos como esse de extrema gravidade", finalizou.

28 SET 2016

FOLHA DE LONDRINA

Remédios de alto custo voltam à pauta do STF

Ministros discutem hoje se governos são obrigados a custear tratamentos de doença rara; em seis anos Paraná gastou quase R\$ 440 milhões com judicialização

Simoni Saris

Reportagem Local

Nos últimos seis anos, a Secretaria da Saúde do Paraná (Sesa) gastou quase R\$ 440 milhões para atender as demandas judiciais que obrigaram o Estado a fornecer 9,2 milhões de medicamentos de alto custo para portadores de doenças raras. O Paraná tem hoje 8.910 pacientes que fazem uso desses medicamentos, mas uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) pode tirar de Estados e municípios a obrigação do custeio desses tratamentos.

A Corte deve retomar na sessão desta quarta-feira (28) o julgamento que irá decidir se o Estado deve ou não pagar por medicamentos não disponíveis na lista do Sistema Único de Saúde (SUS) para pacientes portadores de doenças raras sem condições financeiras de pagar pelo tra-

tamento. O julgamento foi interrompido no dia 15 de setembro depois de pedido de vista do ministro Luís Roberto Barroso.

A discussão é acompanhada com apreensão por pacientes, amigos, familiares e entidades de defesa dos direitos de pessoas que sofrem de doenças raras. No último fim de semana ocorreram

“Ninguém fica feliz com a judicialização, mas é a única forma de garantir a vida”

manifestações em várias capitais do País para alertar a população sobre os riscos de que uma decisão favorável ao Estado tenha reflexos em outros casos semelhantes no País e desde às 22 horas desta terça-feira (27) pacientes e apoiadores de todo o País fazem vigília em frente ao STF, em Brasília (DF), na tentativa

de sensibilizar os ministros para a importância da obrigatoriedade do fornecimento de medicamentos pelo governo. De outro lado, Palácio do Planalto, Estados e municípios também monitoram atentamente o julgamento por temerem que a manutenção da obrigatoriedade tenha impacto negativo nas contas públicas.

JUDICIALIZAÇÃO

De acordo com a advogada-geral da União, Grace Mendonça, até julho deste ano, o Ministério da Saúde já cumpriu 16.301 ações que tratam do fornecimento de medicamentos e tratamentos, mais do que durante todo o ano passado inteiro (14.940). Segundo Grace, de 2010 a 2015, houve um aumento de 727% nos gastos referentes à judicialização da saúde.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

“O julgamento do STF é uma pressão dos governos e das secretarias estaduais de saúde. O que está em discussão é quanto vale uma vida”, analisou a delegada da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (Afang) no Paraná, Daiane Kock.

A dificuldade de acesso a medicamentos de alto custo tem levado muitos pacientes a recorrerem à Justiça para garantir o tratamento. “Ninguém fica feliz com a judicialização, que não é boa para ninguém, mas é a única forma de garantir a vida. O processo é doloroso para o paciente e mais doloroso ainda quando o pedido é negado. Buscamos um diálogo com os Estados, só que a gente é empurrado para a judicialização. Quando se procura a secretaria estadual de saúde, a primeira resposta é sempre não. Seria muito mais interessante que houvesse políticas públicas para doenças graves”, disse Daiane, mãe de um menino de 6 anos de idade portador da síndrome de West, tipo de epilepsia de difícil controle. Para conseguir o medicamento, Daiane recorreu à Justiça.

A criação de políticas públicas específicas, defende a delegada da Afang no Paraná, não só facilitaria o acesso aos medicamentos de alto custo como também contribuiria para o diagnóstico precoce das doenças. “Um diagnóstico leva, em média, dez anos para ser feito. Antes disso, os pacientes sofrem muito com diagnósticos errados.”

R\$ 30 MIL POR MÊS

Antes de completar um ano de vida, Stefany, de 9 anos de idade, foi diagnosticada com mucopolissacaridose do tipo 1, doença metabólica hereditária na qual o portador nasce com falta ou redução de algumas enzimas presentes no organismo. O

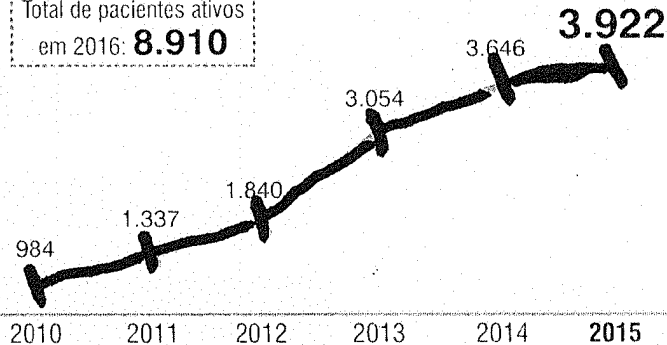
FOLHA DE LONDRINA

BALANÇO

Demandas judiciais por medicamentos no Paraná

TOTAL DE PACIENTES NOVOS POR ANO

Total de pacientes ativos em 2016: **8.910**



28 SET 2016

DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS

| Ano | Unidades | Distribuídas | Valor (R\$) |
|--------------|------------------|--------------|----------------|
| 2010 | 571.267 | | 35.718.740,24 |
| 2011 | 649.344 | | 45.073.802,93 |
| 2012 | 945.632 | | 60.168.910,82 |
| 2013 | 1.587.105 | | 85.009.327,63 |
| 2014 | 2.363.822 | | 90.395.273,10 |
| 2015 | 3.132.575 | | 123.610.395,41 |
| Total | 9.249.745 | | |

Fonte: Secretaria de Saúde do Paraná

Folha Arte

tratamento é caro. A reposição das enzimas que faltam no organismo de Stefany deve ser feita uma vez por semana e a cada aplicação, são utilizados quatro frascos de um medicamento importado dos Estados Unidos que custa US\$ 600 o frasco.

Após o diagnóstico da doença, durante seis meses os pais da menina tentaram conseguir por vias judiciais o acesso aos medicamentos. A primeira solicitação, feita ao Estado, foi negada. A alternativa foi recorrer ao Ministério Público Federal (MPF), que atendeu à solicitação. O fornecimento do remédio pelo governo é fundamental para garantir a vida de Stefany. Se fosse pagar pelo tratamento, a família gastaria mais de R\$ 30 mil por mês. “Minha filha demorou seis meses para

conseguir o tratamento e mesmo depois de garantido pela Justiça, acontece de ficarmos sem o medicamento uma ou duas vezes por ano. Com a falta de cuidado adequado, ela acabou perdendo 100% da visão e recentemente passou por um transplante de córnea. Se voltar a ficar sem o medicamento, corre o risco de perder esse transplante. Se o Estado não fornecer o medicamento, não tenho condições de pagar”, disse o pai, o agricultor Modesto Salomão Junior. “É um desespero quando há falha no fornecimento do remédio. A falta da enzima prejudica o corpo todo. Mas a multa que o MPF estabeleceu (para o caso de descumprimento da medida) é mais baixa que o valor do remédio”, revela. (Com Agência Estado)

28 SET 2016

FOLHA DE LONDRINA

Uma difícil decisão

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve retomar hoje julgamento que decidirá se os estados e municípios têm obrigação de custear medicamentos de alto custo para portadores de doenças raras que não têm condições financeiras de arcar com as despesas do tratamento. O pagamento dos remédios atende a decisões judiciais porque não estão disponíveis pelo Sistema Único de Saúde (SUS) ou não têm registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Nos últimos seis anos, a Secretaria da Saúde do Paraná gastou quase R\$ 440 milhões para atender a essa demanda. O Paraná tem hoje 8.910 pacientes que fazem uso desses medicamentos. O julgamento foi interrompido no dia 15 de setembro depois de pedido de vista do ministro Luís Roberto Barroso e o tema está previsto para voltar à pauta na sessão de hoje. O processo em andamento no STF diz respeito a dois casos específicos, um de hipertensão pulmonar e outro de doença renal. Certamente, o que for decidido pelos ministros da Suprema Corte irá afetar os outros pacientes que têm o tratamento garantido pelo poder público. Pacientes, amigos e familiares, assim como entidades de defesa dos direitos de pessoas que sofrem de doenças raras, acompanham com preocupação a discussão no STF. Tanto que nos últimos dias ocorreram manifestações em várias capitais do País alertando a população sobre os riscos de que uma decisão contra os pacientes tenha reflexos em outros casos semelhantes no País. Municípios, governos estaduais e federais também acompanham com interesse o julgamento, pois é certo que a manutenção da obrigatoriedade tem impacto nas contas públicas. A Advocacia-Geral da União lembra que de janeiro a julho deste ano o Ministério da Saúde cumpriu 16.301 ações que tratam do fornecimento de medicamentos e tratamentos, mais do que durante todo o ano passado inteiro (14.940). A decisão é muito complexa porque envolve vidas. O debate na Suprema Corte mostra que é preciso melhorar as políticas de saúde para pacientes com doenças raras e aprimorar o processo de incorporação de novos medicamentos pela Anvisa.

28 SET 2016

FOLHA DE LONDRINA

Gleisi e Paulo Bernardo viram réus na Lava Jato

Procuradoria acusa senadora do PT do Paraná e o marido de terem recebido R\$ 1 milhão do esquema de corrupção da Petrobras para a campanha de 2010

Teori ressaltou que decisão não se baseia exclusivamente em delações

Gabriel Mascarenhas
Folhapress

Brasília - A segunda turma do Supremo Tribunal Federal (STF) acolheu nessa terça-feira (27) a denúncia contra a senadora Gleisi Hoffmann e o marido dela, o ex-ministro Paulo Bernardo. Com isso, o casal se tornou réu em uma ação penal na corte. Votaram em favor do acolhimento da denúncia os cinco ministros do colegiado: Ricardo Lewandowski, Teori Zavascki, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Celso de Mello. A acusação é que a campanha de Gleisi ao Senado, em 2010, teria recebido R\$ 1 milhão do esquema de corrupção da Petrobras. Os repasses, de acordo com a investigação, foram solicitados por Paulo Bernardo. Eles foram denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em maio deste ano.

A turma também aceitou denúncia contra Ernesto Krugler Rodrigues, empresário que teria participado da operação de repasses à campanha. Os três responderão pelos crimes de corrupção e

lavagem de dinheiro. Para Teori Zavascki, o casal se beneficiou do que classificou como "corrupção sistêmica" na Petrobras. Teori também ressaltou que a decisão não se baseia exclusivamente em delações. "Cabe ressaltar que, ao contrário do que sustentam as defesas, a denúncia não está amparada apenas em depoimentos prestados em colaboração premiada. Há outros inúmeros indícios que reforçam as declarações prestadas por colaboradores, tais como registros telefônicos, depoimentos, informações policiais e documentos apreendidos, o que basta neste momento de cognição sumária, em que não se exige juízo de certeza acerca de culpa".

Gleisi é uma das principais lideranças do PT no Senado. Ela foi chefe da Casa Civil no governo da ex-presidente Dilma Rousseff entre junho de 2011, quando Antonio Palocci deixou o cargo, e fevereiro de 2014. Deixou o posto para concorrer ao governo do Paraná e ficou em 3º lugar na disputa. A Polícia Federal

indiciou Gleisi em abril deste ano, mas o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu ao STF para anular o ato. Já o marido ocupou cargos importantes da Esplanada durante a gestão de Dilma e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Comandou o Ministério do Planejamento entre 2005 e 2011, quando assumiu a pasta da Comunicações, onde permaneceu até 2015.

A participação da senadora e do ex-ministro no esquema foi apontada pelo ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa e pelo doleiro Alberto Youssef, em seus acordos de colaboração premiada. A acusação da Procuradoria surgiu após os depoimentos do advogado Antonio Carlos Brasil Fioravante Pieruccin, outro delator da Lava Jato e que confirmou os repasses.

CONTINUA

28 SET 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

DEFESA

O advogado de Gleisi, Rodrigo Mudrovitch afirmou que há uma série de contradições nas informações prestadas por Youssef e Paulo Roberto Costa e que outras testemunhas negaram as acusações feitas pelos delatores. Ele disse ainda que a PGR não individualizou a conduta de sua cliente, segundo Mudrovicht, exigência fundamental para denunciá-la.

Negando ter recebido qualquer valor ilícito, Gleisi criticou o fato de, segundo ela, a acusação ser baseada apenas em delações premiadas. Na avaliação da senadora, que voltou a dizer que a operação Lava Jato está "politizada", o momento político do país contribuiu para a aceitação da denúncia contra ela e seu marido.

José Carlos Garcia, que advoga para Ernesto Rodrigues, defendeu que o caso de seu cliente deveria correr na primeira instância.

28 SET 2016

FOLHA DE LONDRINA

PAULO E GLEISI VIRAM RÉUS NA LAVA JATO



- Colônia de férias da PF? Gostaria de reservar uma cela para casal...

28 SET 2016

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Prêmio ANJ

A Associação Nacional de Jornais (ANJ) entrega hoje o Prêmio ANJ de Liberdade de Imprensa 2016. Este ano os agraciados são a "Gazeta do Povo" e cinco de seus profissionais que sofrem assédio judicial de magistrados do Paraná. De acordo com a ANJ, a atitude de juízes e procuradores se dá sob a forma de dezenas de processos movidos a pretexto de uma série de reportagens sobre a remuneração do Judiciário e de membros do Ministério Público do Paraná. A solenidade acontece, a partir das 12 horas, no Royal Tulip Brasília Alvorada – Centro de Convenções, em Brasília. O ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Eliseu Padilha, é um dos convidados do evento.

28 SET 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Publicano 3

Duas testemunhas de acusação foram ouvidas ontem na terceira fase da Operação Publicano, que acusa 18 pessoas de organização criminosa e lavagem de dinheiro obtido criminosamente pelo auditor José Luiz Favoreto Pereira. O Ministério Público desistiu de uma das testemunhas e outras três serão ouvidas por carta precatória. As audiências serão retomadas na próxima terça-feira, para o depoimentos de 45 testemunhas de defesa.

Voto consciente

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) promove ações em cinco capitais e nas redes sociais sobre a importância do voto consciente. O objetivo é esclarecer os direitos e deveres do eleitor e a importância do voto. Para tanto, serão instaladas urnas eletrônicas em locais estratégicos onde os eleitores serão convidados a responder duas questões: "O que você quer melhorar na sua cidade?" e "Você sabe quem pode resolver isso?". O objetivo da ação é estimular a participação do cidadão não apenas nas eleições, mas nos destinos de sua cidade. "Para isso, é fundamental conhecer o candidato, a vida pregressa e não se submeter à compra de votos", destaca a assessora-chefe de comunicação do TSE, Giselly Siqueira. No Paraná, a ação será nesta quinta, das 11h às 13h, na Praça Rui Barbosa, centro de Curitiba.

MAZZA

Feriado vetado

O "Dia da Consciência Negra" caiu de vez, agora com decisão de uma turma do Supremo Tribunal Federal. Prevê-se forte arregimentação de afrodescendentes para restabelecer o feriado que nunca deixou de ser comemorado, ainda que não instituído. As manifestações havidas de exposição de artes e culto a referenciais históricos e culturais mostraram que a celebração existiu sem a data formal. E as próximas deverão ter maior intensidade e isso é muito mais relevante em termos sociais.

INFORME

Bens desbloqueados

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, determinou o desbloqueio dos bens do empreiteiro Marcelo Odebrecht, que está preso desde junho do ano passado por suspeita de participação no esquema de corrupção da Petrobras. O magistrado já havia concedido liminares com conteúdo idêntico, mas em favor do sócio da OAS, Leo Pinheiro, também alvo da Operação Lava Jato, e das pessoas jurídicas da Odebrecht e da OAS. Desta vez, o relator autorizou a livre movimentação dos bens de Marcelo Odebrecht, pessoa física. Ao justificar a decisão no caso de Pinheiro, o relator afirmou que a proibição de acesso ao seu próprio patrimônio pode sujeitar o empresário "à insolvência".

Morre Sombra

Morreu ontem, em São Paulo, o empresário Sérgio Gomes, emblemático personagem do assassinato do prefeito de Santo André Celso Daniel (PT), em janeiro de 2002 - o Ministério Público do Estado o acusava de ser o mandante do crime. Conhecido como Sombra, ele lutava contra um câncer há alguns anos. Seu advogado, o criminalista Roberto Podval, confirmou a informação sobre a morte. Sombra nunca admitiu envolvimento na morte brutal do prefeito, de quem era amigo e foi assessor.

Esquema de propinas

Em novembro de 2015, Sombra foi condenado a 15 anos, seis meses e 19 dias de reclusão, em regime fechado, acusado de liderar esquema de cobrança de propinas de empresas de transporte contratadas pela Prefeitura na gestão do petista. Ele nunca foi levado a júri popular pela morte de Celso Daniel. O Supremo Tribunal Federal anulou a ação contra ele porque o juiz do caso, em Itapeverica da Serra, na Grande São Paulo, não permitiu que as defesas dos outros acusados fizessem perguntas na fase dos interrogatórios. Sombra ficou sete meses preso em caráter preventivo - no processo sobre a morte de Celso Daniel -, até que o Supremo lhe devolveu a liberdade.

28 SET 2016

FOLHA DE LONDRINA

Cármen Lúcia defende ética, mas pune juiz com pena mais branda

Julia Lindner e
Beatriz Bulla
Agência Estado

Brasília - A presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, discursou sobre a importância da ética na magistratura e defendeu o aperfeiçoamento dos concursos públicos. "Ninguém é obrigado a ser juiz, mas se for para ser juiz tem que ser juiz sério, ou a pessoa não é um juiz", declarou.

A fala da ministra ocorreu durante o julgamento do juiz Nathanael Bôscoli, do Ceará, acusado de ter favorecido advogados, que seriam seus amigos, em decisões judiciais. Apesar da explanação de Cármen Lúcia, ela acompanhou a posição da maioria e votou por uma pena mais branda. O relator do caso, conselheiro Rogério Nascimento, defendia a demissão de Bôscoli. A maioria do colegiado, contudo, não acompanhou o relator e decidiu pela punição da censura, que, na prática, impede que o juiz seja promovido por merecimento durante um ano. Ao favorecer seus amigos, as decisões do juiz permitiram a retirada de empresas de São Paulo/SP e Salvador/BA dos cadastros de restrição de crédito. Bôscoli também foi denunciado por ter cedido sua residência oficial para um desses amigos, que tinha acesso a processos e a outros procedimentos do Judiciário Cearense. Sobre o caso de Bôscoli, Cármen Lúcia avaliou que houve um ilícito, embora "não tão grave".

28 SET 2016

FOLHA DE LONDRINA

Juiz impede divulgação de pesquisa para prefeito de Londrina

Loriane Comeli
Reportagem Local

O candidato a prefeito de Londrina pelo PMN, Luciano Odebrecht, obteve liminar para suspender a divulgação da pesquisa eleitoral do Instituto Multicultural, contratada pela Rádio Paiquerê AM e FOLHA, cujo resultado seria publicado na edição de hoje. Em decisão proferida no final da tarde de ontem, o juiz da 41ª Zona Eleitoral, Matheus Orlandi Mendes, concedeu 48 horas para que o instituto de pesquisa preste informações sobre as alegações de Odebrecht.

Um dos questionamentos é quanto a suposta irregularidades na faixa etária abrangida na pesquisa. O diretor estatístico do Multicultural, Edmilson Vicente Leite, explicou que a amostra utilizada respeita integralmente o universo dos eleitores londrinenses, obtido a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Prefeitura de Londrina.

A amostra deve reproduzir exatamente o percentual de homens e mulheres, de faixa etária, grau de instrução, classe socioeconômica e região da residência. "É exatamente a mesma metodologia que utilizamos nas pesquisas anteriores", afirmou, lembrando que o Multicultural existe há 24 anos. "Nunca tivemos uma pesquisa impugnada neste período."

O estatístico também explicou que em dois dias a pesquisa já não corresponderá à realidade dos números, uma vez que a campanha está na reta final. "Faltam cinco dias para a eleição e os números mudam muito. Daqui a dois dias, o resultado de hoje não é mais fiel."

28 SET 2016

FOLHA DE LONDRINA

Vice-prefeita obtém liminar para tomar posse em Cornélio

“

Vamos protocolar ainda um pedido para anular a sessão da Câmara por causa do motivo da cassação que é muito insignificante”

Viviani Costa
Reportagem Local

Quatro dias após a cassação do mandato do prefeito Frederico Alves (PSC), Cornélio Procópio (Norte Pioneiro) permanece sem chefe no Executivo. O desfecho da sessão da Câmara iniciada na noite da última sexta-feira e que se arrastou até a madrugada de sábado ainda não foi publicado oficialmente no jornal oficial do município. Sem a publicação, a vice-prefeita Aurora Fumie Doi (PDT) não pode ser empossada.

A atual vice é candidata a prefeita nas eleições deste ano e, por isso, se desincompatibilizou do cargo. O advogado de Aurora, John Lennon de Souza, explicou que uma liminar obtida no final da tarde de ontem estabelece prazo de 24 horas para a posse da prefeita. Conforme o advogado, a publicação do decreto deve ser autorizada pela Câmara.

Mesmo em meio ao processo eleitoral, ele argumentou que não há impedimentos para que a candidata assuma o cargo, já que, na condição de prefeita, ela não teria que se desincompatibilizar da chefia do Executivo. “A prefeitura não pode ficar sem gestor. Neste caso específico, o vice pode

substituir o prefeito. Há entendimentos no STF (Supremo Tribunal Federal) e no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) de que ela não ficará inelegível se assumir o cargo”, explicou. Caso Aurora vença as eleições deste ano, o mandato seria entendido pela Justiça Eleitoral como uma reeleição.

RECORREU DA DECISÃO

A Comissão Processante que resultou na cassação do mandato do prefeito Frederico Alves apontou irregularidades na compra de 50 caixas de isopor no valor de R\$ 6,8 mil. A cassação foi aprovada por 9 votos a 2. O advogado de Alves, Guilherme Gonçalves, destacou que dois recursos já foram protocolados junto ao Tribunal de Justiça (TJ) e outros dois mandados de segurança foram encaminhados à justiça local. “Vamos protocolar ainda um pedido para anular a sessão da Câmara por causa do motivo da cassação que é muito insignificante. Ele determinou a devolução dos recursos e tomou as providências necessárias com a exoneração de funcionários”, afirmou. Caso o prefeito não consiga reverter a decisão da Câmara, ele ficará inelegível por 8 anos.

TESTEMUNHAS

O vereador Edimar Gomes Filho (PSB), presidente da Comissão Processante que apurou as irregularidades, frisou que várias testemunhas foram ouvidas durante a investigação. “A compra foi feita na época para que o material fosse utilizado durante o carnaval. Muita gente foi ouvida e encontramos várias contradições nesses depoimentos”, resumiu. A compra foi feita por dispensa de licitação e os produtos não foram entregues ao município.

28 SET 2016

GAZETA DO POVO

Gleisi e Paulo Bernardo viram réus da Lava Jato no Supremo

Por unanimidade, a segunda turma do Supremo Tribunal Federal (STF) acolheu ontem denúncia contra a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e o marido dela, o ex-ministro Paulo Bernardo. O casal é acusado de ter recebido, na campanha de Gleisi ao Senado, em 2010, R\$ 1 milhão do esquema de corrupção da Petrobras. Em nota, a senadora afirmou ter ficado triste com a decisão e que no final “a verdade prevalecerá”. A defesa de Paulo Bernardo disse que será demonstrada a inocência dele.

28 SET 2016

GAZETA DO POVO

Gleisi e Paulo Bernardo viram réus no STF



Respeito a decisão do STF, mas penso que não era o caso de recebimento [da denúncia]. Não havia qualquer outro elemento além de delações desconstruídas.

Rodrigo Muziwitsch, advogado de Gleisi

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

28 SET 2016

Supremo acolhe denúncia por corrupção e lavagem de dinheiro contra a senadora e o marido, acusados de receberem R\$ 1 milhão em propina desviada da Petrobras

BRASÍLIA

Catarina Scortecchi, correspondente

● Por unanimidade, os cinco ministros da 2.^a Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) acolheram ontem a denúncia feita pela Procuradoria-Geral da República (PGR), no âmbito da Operação Lava Jato, contra a senadora Gleisi Hoffmann (PT), o marido dela, o ex-ministro Paulo Bernardo (PT), e o empresário de Curitiba Ernesto Kugler Rodrigues. Os três se tornaram réus e responderão a processo por crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Gleisi é a terceira congressista a responder a uma ação penal no STF na Lava Jato.

A PGR acusa o casal e o empresário de receberem R\$ 1 milhão do esquema de corrupção da Petrobras para aplicar na campanha eleitoral da petista ao Senado, no ano de 2010. Na denúncia, oferecida em maio, a procuradoria narra que o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, a pedido de Paulo Bernardo, teria providenciado o dinheiro.

A operação teria sido feita pelo doleiro Alberto Youssef, com a ajuda do advogado Antonio Carlos Pieruccini. Antigo parceiro de Youssef, Pieruccini sustenta que pegou o dinheiro no escritório do doleiro em São Paulo e levou para Curitiba, onde entregou para Rodrigues, amigo do casal.

O relator do caso, ministro Teori Zavascki, afirmou que a denúncia “narrou de forma suficiente a possível prática de crimes”. “Há elementos que vão muito além das declarações prestadas em colaboração premiada, de modo que considero preenchidos os requisitos para o recebimento da denúncia e voto nesse sentido”, disse. O argumento foi seguido pelos ministros Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Celso de Mello e Gilmar Mendes.

“Sem antecipação de culpa”

Ao votarem, Lewandowski e Mello fizeram questão de lembrar que o mérito do caso não estava sendo analisado. “Acolho a denúncia me reservando o direito de examinar futuramente as provas”, comentou o ex-presidente do STF. Gilmar Mendes, que preside a 2.^a Turma, também mencionou que havia ficado com “dúvidas” sobre as supostas contradições nas delações, ponto enfatizado pelas defesas dos três denunciados, e que, por isso, aguardava o trâmite do processo para “esclarecer melhor” o caso.

Ao final da sessão, apenas o advogado de Gleisi, Rodrigo Mudrovitsch, concedeu entrevista à imprensa. “Eu respeito a decisão do STF, mas penso que não era o caso de recebimento [da denúncia]. Não havia qualquer outro elemento [na denúncia], além de delações desencontradas”, lamentou. O advogado afirmou, contudo, que ministros “deixaram claro” que o recebimento da denúncia “não é antecipação de culpa” e que, ao longo do processo, haverá oportunidade para a sua cliente comprovar a inocência. Para Mudrovitsch, o processo deve durar até dois anos, no máximo.

CONTINUA

28 SET 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

INVESTIGAÇÃO



J.F. Ditoro/Estadão Conteúdo

Paulo Bernardo era ministro do Planejamento em 2010.

Delações e registros telefônicos embasam denúncia de 47 páginas

● O corpo da denúncia contra Gleisi e Bernardo tem 47 páginas. O ponto de partida são os depoimentos dos dois principais delatores da Lava Jato: o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa e o doleiro Alberto Youssef. Costa disse aos investigadores que autorizou a entrega de R\$ 1 milhão para a campanha de Gleisi. Na denúncia, a Procuradoria-Geral da República (PGR) informa que Costa não se

lembrava exatamente da situação – se tinha sido ou não uma solicitação feita diretamente a ele pelo marido da petista, que em 2010 era ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão. A PGR destaca, contudo, que Costa foi “seguro e categórico” ao afirmar que houve de fato o pagamento e que, de todo modo, o pedido teria partido de Bernardo.

A procuradoria ainda traz registros de telefonemas entre terminais vinculados a Bernardo e o telefone de Ronaldo da Silva Baltazar, responsável pelas finanças da campanha eleitoral de Gleisi. Foram 163 ligações apenas entre julho e outubro de 2010. No mesmo período de quatro meses, também foram feitas 82 ligações para o PT no Paraná.

Depois, um novo elemento ainda foi incluído pela PGR: uma agenda do ex-diretor da Petrobras apreendida no início da Lava Jato registrava as iniciais “PB” ao lado do número “0,1”. Costa esclareceu que o “código” significava “um milhão pago a Paulo Bernardo para a campanha eleitoral de Gleisi Hoffmann”. (CS)

ENTENDA O CASO

Saiba mais sobre a ação penal aberta pelo Supremo:

PROCESSO

A 2ª Turma do STF aceitou o pedido de abertura de ação penal (denúncia) da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra a senadora Gleisi Hoffmann, o ex-ministro Paulo Bernardo e o empresário Ernesto Kugler Rodrigues.

CRIMES

Eles são acusados de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O processo corre no STF porque, como parlamentar, Gleisi tem foro privilegiado.

ACUSAÇÃO

Segundo a PGR, cerca de R\$ 1 milhão do esquema de corrupção na Petrobras abasteceram a campanha eleitoral de Gleisi ao Senado em 2010.

E AGORA?

Com a denúncia aceita inicia-se a fase de coleta de provas e depoimentos de testemunhas de defesa e de acusação. Caberá à PGR comprovar a culpa dos acusados. Caso contrários, eles serão inocentados ao fim do processo.

CONTINUA

Senadora afirma que provará inocência

Gleisi Hoffmann diz ter recebido com “profunda tristeza” acolhimento da peça. Para ela, denúncia é muito frágil

BRASÍLIA
Estadão Conteúdo

• A senadora Gleisi Hoffmann (PT) afirmou que recebeu com “profunda tristeza” a decisão da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) de torná-la ré na Operação Lava Jato, mas que, a partir desta nova fase do processo, ela terá a oportunidade de provar a sua inocência.

“Recebi com profunda tristeza a aceitação da denúncia contra mim e contra o Paulo (o ex-ministro Paulo Bernardo, seu marido). Mas em seu voto, o ministro relator Teori Zavascki coloca que não tem certeza dos fatos ocorridos, portanto me dá o benefício da dúvida, coisa que eu não tive até agora durante o processo”, disse.

A petista afirmou que a denúncia apresentada contra ela é muito frágil, porque é baseada apenas em delações premiadas e não em fatos. “A peça apresentada pela Procuradoria-Geral da República é uma peça muito adjetivada, muito ruim, que força muito a mão para tentar justificar o pedido de denúncia”, disse.

Ela também negou ter recebido R\$ 1 milhão de propina de contratos firmados entre empreiteiras e a Petrobras e afirmou não conhecer

um dos delatores que citaram o seu nome em depoimentos, o ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa. “Eu não recebi esse dinheiro, eu não conheço essas personagens e nunca estive com Paulo Roberto Costa”, disse.

A decisão de aceitar a denúncia contra Gleisi e Paulo Bernardo foi unânime. Votaram por torná-la ré os cinco ministros que compõem a Segunda Turma: Teori, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello. Em seu voto, Teori afirmou haver “descrição clara dos fatos” e que o Ministério Público apresentou “elementos concretos” ao apresentar a denúncia.

Com a decisão, Gleisi se tornou a primeira senadora com mandato atualmente alvo de uma ação penal na Lava Jato. As investigações apontam que o dinheiro desviado da Petrobras foi usado para custear parte da campanha eleitoral da petista em 2010.

Em nota, a advogada Verônica Sterman, defensora do ex-ministro Paulo Bernardo, afirmou que “o Supremo Tribunal Federal limitou-se a discutir os aspectos formais da denúncia, sem se aprofundar na análise de provas. Ao longo da instrução restará demonstrada a não participação de Paulo Bernardo nesses fatos”.

VAZAMENTO

Moraes teve reunião na PF dois dias antes de antecipar operação

• O ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, reuniu-se com o superintendente regional da Polícia Federal em São Paulo, Disney Rosseti, dois dias antes de ter dado a polêmica declaração de que haveria uma nova fase da Lava Jato nesta semana. Na segunda-feira, o ex-ministro Antonio Palocci foi preso em decorrência justamente de mais uma fase da operação. O encontro de Moraes com o superintendente da PF ocorreu na sede do Departamento da PF paulista e, conforme divulgado pela agenda oficial do ministro, durou uma hora. Rosseti foi nomeado superintendente regional da PF em São Paulo no início do mês. Em nota, a PF de São Paulo informou que a reunião foi um pedido feito por Moraes no dia 16 de setembro. “Foram discutidos assuntos pertinentes às atividades da Polícia Federal, como combate ao contrabando e descaminho, o tráfico de drogas e armas, além do controle de segurança privada.” Na nota, o órgão reafirmou que o Ministério da Justiça não foi avisado antes sobre a operação que prendeu Palocci.

CONTINUA

28 SET 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

“Em seu voto, o ministro relator Teori Zavascki coloca que não tem certeza dos fatos ocorridos, portanto me dá o benefício da dúvida, coisa que eu não tive até agora durante o processo.”

Gleisi Hoffmann, senadora (PT-PR) e agora ré na Lava Jato.

POLÍTICOS PROCESSADOS

A senadora Gleisi Hoffmann é a terceira parlamentar a se tornar ré na Operação Lava Jato no exercício do mandato:

EDUARDO CUNHA 1

Em março, o STF aceitou denúncia contra o então presidente da Câmara dos Deputados no caso em que é acusado de receber US\$ 5 milhões em propina de contratos de navios-sonda da Petrobras.

EDUARDO CUNHA 2

Três meses depois, em junho, o Supremo acolheu uma segunda denúncia contra Cunha. Ele é acusado de receber R\$ 5 milhões em propina pela compra da Petrobras de um campo de petróleo na África. Como Cunha teve o mandato cassado no início do mês e perdeu o foro privilegiado, o STF não deve mais julgar essas ações.

NELSON MEURER

O deputado paraense do PP teve a denúncia aceita pelo STF em junho deste ano, acusado de receber R\$ 33,5 milhões desviados do esquema de corrupção na Petrobras. Meurer nega qualquer envolvimento. A denúncia atinge ainda dois filhos do deputado.

28 SET 2016

GAZETA DO POVO

Greca abrirá chácara só após eleição, diz defesa

Advogado do candidato a prefeito alega que o caso do desaparecimento de obras do acervo da Casa Klemtz está sendo usado com fins eleitorais

| **Diego Ribeiro**

● Um advogado representou o candidato a prefeito Rafael Greca (PMN) na sindicância sobre o desaparecimento de obras do acervo da Casa Klemtz. O ex-prefeito não compareceu ao procedimento marcado para ontem na sede da Procuradoria do Município.

O advogado Walter Agra, assessor jurídico da campanha, afirmou que o ex-prefeito não abrirá a chácara durante o período eleitoral. Depois de terminada a corrida pela prefeitura de Curitiba, no entanto, Agra garantiu que Greca abrirá as portas da propriedade em Piraquara para quem quiser checar seus objetos.

“Estamos abertos a todos os esclare-

cimentos possíveis, desde que após o período eleitoral. Vamos prestar todos os esclarecimentos”, ressaltou. O advogado alega que o caso tem sido usado de maneira eleitoreira pela campanha de seu oponente.

Na semana passada, uma das peritas responsáveis pela restauração da Casa Klemtz em 2007, Tatiana Zanelatto Domingues, afirmou em entrevista coletiva que há indícios e evidências “notórios” de que os bens desaparecidos da Fundação Cultural de Curitiba (FCC) são os mesmos localizados na chácara do candidato e ex-prefeito. Segundo a FCC,

três (uma cristaleira e dois lavatórios) itens de 29 bens, incluindo livros e móveis, estariam com Greca. O ex-prefeito nega.

“Criaram um fato novo. Abrir sindicância dez dias antes da eleição? É o novo caso Ferreirinha”, disse o advogado. Agra considerou “estapafúrdia” a sindicância. Ele afirmou que as três peças mencionadas pela prefeitura são fabricadas em série e estão, inclusive, à venda na internet. A prefeitura informou que a sindicância seguirá e ainda ouvirá funcionários da Casa Klemtz e do município, além de aguardar resultado de perícias.

Aniele Nascimento/Gazeta do Povo



“Criaram um fato novo. Abrir sindicância dez dias antes da eleição? É o novo caso Ferreirinha.”

Walter Agra, advogado de Rafael Greca.

GAZETA DO POVO

STF derruba feriado da Consciência Negra em Curitiba

28 SET 2016

Rogério Waldrigues Galindo

• O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que Curitiba não terá feriado da Consciência Negra. A Câmara de Vereadores aprovou há três anos o feriado de 20 de novembro, em homenagem a Zumbi dos Palmares, mas o feriado nunca foi comemorado.

A Associação Comercial do Paraná (ACP) e o Sinduscon entraram com uma Ação Direta de inconstitucionalidade (Adin) contra o feriado, alegando que isso iria causar prejuízos para a economia local. Também disseram que a Câmara não podia criar mais um feriado (a lei diz que só pode haver dois feriados municipais por cidade).

Entenda o caso

Aprovada em 2013, a legislação foi considerada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. No mesmo ano, a Procuradoria da Câmara recorreu ao STF alegando que o TJ “usurpou a competência do Supremo” ao acatar a Adin.

Agora, a Segunda Turma do STF votou de acordo com o relatório do ministro da Corte Gilmar Mendes e deu ganho de causa à ACP e ao Sinduscon.

Com isso, o “Dia da Consciência Negra” em Curitiba será apenas uma data comemorativa, sem paralisação das atividades.

GAZETA DO POVO

TANIA FATIMA CALVI TAIT

A eleições, as mulheres e a violência

28 SET 2016

A cada eleição, são realizadas propagandas para estimular as candidaturas de mulheres, bem como a eleição de mulheres. No entanto, essas iniciativas não têm se reproduzido na prática e as mulheres estão longe de compor sua representatividade, pois somos 52% da população e menos de 10% dos eleitos. As estatísticas apresentadas no site do TSE-PR para as eleições municipais de 2016 indicam que 68% dos candidatos são homens e 32%, mulheres. Do total, 80% se declaram brancos. O dado carece de análise mais profunda, mas primariamente pode-se perceber que os partidos, em sua maioria, apenas cumprem a cota para as eleições.

As dificuldades das candidaturas de mulheres continuam as mesmas das eleições anteriores: machismo, desprestígio por parte dos partidos políticos, tripla jornada de atuação (casa, trabalho e política), falta de apoio familiar, desprezo por parte dos setores conservadores. Dados estatísticos mostram, também, que a maioria das mulheres é eleita pela chamada “herança familiar” — elas herdam os votos e atitudes de seus pais, maridos etc. Poucas mulheres eleitas são oriundas de movimentos sociais que trazem as reais reivindicações da população.

Mesmo com esse cenário adverso, surgem novidades na política, como candidatas levantando bandeiras específicas como as pautas LGBT, da negritude, da saúde feminina, do repúdio à cultura do estupro, entre outros temas relevantes que fazem parte do cenário nacional. Cientes de seu papel e da importância de apontar situações que impedem as mulheres de terem vida plena e digna, as candidatas valorizam a oportunidade desse momento único e fantástico de expor suas ideias e propostas, buscando mudar a realidade e contribuir para que a democracia seja realmente representativa da nossa população.

Outro ponto a ser considerado nas eleições municipais é o papel das organizações de mulheres que buscam apresentar suas propostas aos candidatos(as) a prefeito(a) para que as encampem e coloquem ações para melhorar a

vida das mulheres em seus governos. Propostas como as que fortalecem o combate à violência contra a mulher, por exemplo, são de extrema relevância, principalmente em um país que ainda considera a vítima de estupro como a culpada pela violência sofrida — em pesquisa recente, 30% dos entrevistados disseram achar que a mulher foi estuprada porque “deu mole”.

A cultura de desvalorização da mulher, tratando-a como culpada da própria agressão, ainda é muito forte em nosso país e as eleições com mulheres candidatas possibilitam colocar na ordem do dia reivindicações relevantes como o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher; o cumprimento da lei de salários iguais para mulheres e homens no exercício da mesma função; a necessidade da rede de atendimento à saúde da mulher; a qualificação de profissionais de saúde, Justiça e segurança pública no atendimento às mulheres em situação de violência; o funcionamento adequado dos equipamentos públicos; a igualdade da presença da mulher na política; e o cumprimento real da Lei Maria da Penha, entre tantas reivindicações dos movimentos organizados e conselhos de mulheres.

Assim, nos municípios podem ser realizadas muitas ações para o enfrentamento à violência contra as mulheres, com ações por parte do Executivo e do Legislativo: desde a criação de órgãos de atendimento às mulheres na estrutura hierárquica das prefeituras até campanhas de informações e conscientização.

A criação de organismos municipais de atendimento às mulheres, com orçamento próprio, é uma dessas ações possíveis que contribuem para uma vida com mais dignidade para as mulheres e, conseqüentemente, para as crianças e suas famílias. Por sua vez, campanhas pelo fim da violência contra as mulheres podem ser realizadas nos municípios com o envolvimento da sociedade, mostrando, principalmente, que os relacionamentos abusivos são sinais claros de violência emocional que pode culminar em violência física.

Por fim, a presença das mulheres na política equilibra as relações de poder e de representatividade, para além de tratar as situações de violência contra a mulher, com atuação em todos os setores da sociedade.

Tania Fatima Calvi Tait, professora universitária e pós-doutoranda em História, é coordenadora da ONG Maria do Injá-Direitos da Mulher e integrante dos conselhos municipal e estadual dos Direitos da Mulher.

28 SET 2016

GAZETA DO POVO

TJ-SP anula júris do massacre do Carandiru

SÃO PAULO

| *Estadão Conteúdo*

● A 4.^a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) anulou ontem os julgamentos dos 74 policiais militares acusados pelo massacre do Carandiru, em que 111 detentos foram mortos, em 1992.

A Justiça apreciou recurso da defesa dos policiais, que pedia a anulação do julgamento e a absolvição dos réus. O recurso foi deferido parcialmente — os julgamentos foram anulados, mas os PMs continuam réus do processo.

Em 2 de outubro de 1992, homens da Tropa de Choque e da Rota, da PM paulista, receberam a autorização para entrar no Pavilhão 9 da Casa de Detenção do Carandiru para encerrar uma rebelião. De lá foram retirados 111 corpos de detentos mortos pelo massacre das forças de segurança.

A chacina ficou marcada como a mais letal intervenção policial já feita em uma unidade prisional por servidores do Estado. O comandante do policiamento metropolitano na época, Ubiratan Guimarães, chegou a ser condenado, mas absolvido em instâncias superiores.

28 SET 2016

GAZETA DO POVO

Teori estica até novembro inquérito contra Renan Calheiros

● A pedido da Polícia Federal, o ministro Teori Zavaski, do Supremo Tribunal Federal (STF), ampliou para até novembro o prazo para conclusão da investigação em um dos inquéritos contra o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Renan é investigado por supostamente

ter recebido propina de R\$ 2 milhões para evitar a instalação de uma CPI da Petrobras. O STF autorizou a abertura do inquérito em março, após pedido da Procuradoria-Geral da República. Em delação premiada, Carlos Alexandre de Souza Rocha, um dos entregadores de dinheiro de Alberto Youssef, cita conversas em que o doleiro mencionou pagamentos a Renan. O senador nega enfaticamente o recebimento de valores ilícitos.

Ministro Marco Aurélio desbloqueia bens de Marcelo Odebrecht

● O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio, concedeu liminar ontem, desbloqueando os bens pessoais do empreiteiro Marcelo Odebrecht. A defesa do empresário ingressou no último dia 16 com um mandado de segurança no STF pedindo a livre-movimen-

tação de seus bens pessoais. Odebrecht foi condenado pelo juiz Sergio Moro a 19 anos e 4 meses de prisão por corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa na Operação Lava Jato. A liminar se estende aos executivos Márcio Faria e Rogério Araújo e a César Rocha, ligados à empreiteira. A defesa de Odebrecht alegou ao STF que o bloqueio de bens e valores em contas "inviabiliza a sua sobrevivência e de suas famílias".

Advogado recorre ao STF para suspender MP do ensino médio

● O advogado Carlos Alexandre Klomfahs, de São Bernardo do Campo, cidade do ABC paulista, entrou com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a suspensão da Medida Provisória (MP) do ensino médio. Para Klomfahs, a MP não preenche os requisitos de "urgência" e "relevância" exigidos pela Constitui-

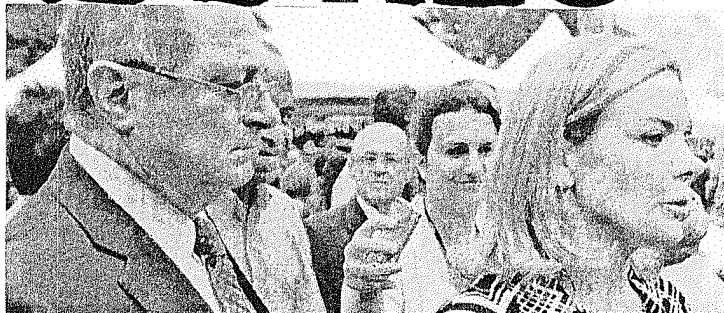
ção Federal. Klomfahs alega que a medida "viola os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da proporcionalidade, da razoabilidade e da participação popular", por não dialogar com a sociedade, com o Congresso Nacional ou com os professores sobre o tema. O ministro Luiz Fux foi sorteado para relatar o processo. Ele terá que avaliar se o advogado possui legitimidade para fazer o pedido perante a Corte.

28 SET 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

CASAL É RÉU

STF aceita denúncia contra senadora Gleisi e marido, o ex-ministro Paulo Bernardo



Catarina Scortecchi

Pra procuradores, casal e empresário receberam dinheiro ilícito.

Por unanimidade, os cinco ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram acatar, na tarde de ontem, a denúncia feita pela Procuradoria Geral da República (PGR), na Operação Lava Jato, contra a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), seu marido, o ex-ministro Paulo Bernardo (PT), e o empresário Ernesto Kugler Rodrigues.

Na prática, significa que os três se tornaram réus e vão responder a um processo por crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O trâmite do processo pode levar de dois a três anos até a sentença final, levando em

conta o histórico da Corte.

A PGR acusa o trio de receber R\$ 1 milhão do esquema de corrupção da Petrobras para aplicar na campanha eleitoral da petista ao Senado, no ano de 2010.

DOLEIRO

A PGR narra que o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, a pedido de Paulo Bernardo, teria providenciado R\$ 1 milhão para a campanha eleitoral da petista. O doleiro Alberto Youssef teria sido o responsável pela entrega do dinheiro, através do advogado Antonio Carlos Pieruccini, ao empresário Ernesto Kugler Rodrigues, que,

por sua vez, teria repassado o valor para a campanha eleitoral.

Os três, que têm advogados diferentes atuando no caso, negam ter recebido o dinheiro. A denúncia foi oferecida em maio deste ano. O relator do caso, ministro Teori Zavascki, afirmou ontem que a denúncia “narrou de forma suficiente a possível prática de crimes”.

“Não é necessária a descrição minuciosa da denúncia. Os elementos básicos estão presentes”, disse o relator. O argumento de Zavascki foi seguido pelos ministros Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Celso de Mello e Gilmar Mendes.

Advogados questionam delações

O advogado de Gleisi, Rodrigo Mudrovitsch enfatizou uma série de “profundos desacordos” entre as delações do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa e do doleiro Alberto Youssef, que sustentam a denúncia.

“Youssef primeiro disse que teria feito pessoalmente a entrega de todo o valor em um shopping. Depois ele muda de ideia. Foram várias versões. Até que Antonio Carlos Pieruccini, antigo amigo íntimo de Youssef, e que tem o mesmo advogado de Youssef, apre-

senta uma versão final”, afirmou Mudrovitsch, acrescentando que a acareação entre Paulo Roberto Costa e o doleiro apenas serviu para “uniformizar” a narrativa.

A advogada de Paulo Bernardo, Verônica Serman, foi na mesma linha. “Esse método de inquirição e reinquirição, até que se chegue à construção desejada, não pode ser tolerado”, disse ela, também durante sustentação oral. Serman destacou que Youssef citou cinco pessoas diferentes antes de surgir a versão corroborada por Pieruccini.

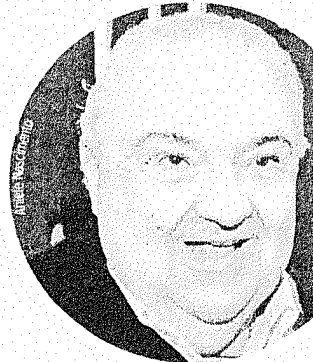
Os dois advogados também pontuaram que Paulo Roberto Costa e sua Diretoria de Abastecimento, estariam ligados ao PP, e depois ao PMDB, e não ao PT, partido do casal de denunciados. O advogado de Gleisi também resalta que a denúncia “não individualiza” a conduta da senadora e não menciona nada que ela teria feito. A defesa de Paulo Bernardo também criticou a ausência de elementos que vinculem os fatos ao ex-ministro. “É uma denúncia vaga e imprecisa”, afirmou Serman. (CS)

28 SET 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

SÓ DEPOIS DA ELEIÇÃO

O advogado Walter Agra representou o candidato a prefeito Rafael Greca (PMN) na sindicância sobre o desaparecimento de obras do acervo da Casa Klemtz. O ex-prefeito não compareceu ao procedimento, marcado para a tarde de ontem, na sede da Procuradoria do Município. Agra, que também é assessor jurídico da campanha, afirmou que o ex-prefeito não abrirá a chácara, onde as obras estariam, durante o período eleitoral. Depois de terminada a corrida pela prefeitura de Curitiba, no entanto, ele garantiu que Greca abrirá as portas de sua propriedade para quem quiser checar o interior. "Estamos abertos a todos os esclarecimentos possíveis, desde que após o período eleitoral. Vamos prestar todos os esclarecimentos", ressaltou. O advogado disse que todo o caso já tem sido usado de maneira eleitoreira pela campanha de seus oponentes, que cobram que o local seja inspecionado pelas obras sumidas. O caso esquentou a campanha. Alguns dias após a denúncia vir à tona, em reportagem da Folha de S. Paulo, dois guardas municipais da capital foram detidos pela Polícia Civil sob a alegação de que monitoravam a chácara de Greca em Piraquara. A campanha de Gustavo Fruet (PDT) à reeleição admitiu que ambos faziam parte da coligação, mas que foram ao local sem conhecimento da coordenação. O advogado dos dois guardas negou que ambos estivessem no local a trabalho e que estavam monitorando o imóvel do ex-prefeito. Segundo o defensor, ambos foram usados eleitoralmente.



28 SET 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

PÉDIDO

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, encaminhou parecer ao STF defendendo a manutenção da prisão preventiva do pecuarista José Carlos Bumlai, amigo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na avaliação de Janot, a prisão se justifica com intuito de evitar a continuidade das práticas criminosas. Bumlai foi preso em novembro do ano passado. Ele chegou a permanecer em regime domiciliar por cerca de cinco meses por razões de saúde mas, no início deste mês, voltou à prisão após fim de tratamento médico. A defesa do pecuarista recorreu ao STF pedindo que ele permaneça em recolhimento domiciliar, com tornozeleira eletrônica, até julgamento do mérito sobre a prisão.

CONTATO

Um conjunto de mensagens de e-mail reunidas pela Polícia Federal no pedido de prisão do ex-ministro Antonio Palocci, alvo central da 35ª fase da Operação Lava Jato, deflagrada anteontem indicam o "relacionamento" de Marcelo Bahia Odebrecht com "Italiano" codinome usado para identificar o petista na empreiteira desde 2004, quando ele era titular do Ministério da Fazenda, no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Batizada de Operação Omertà, a 35ª fase aponta o ex-ministro como responsável pelo recebimento de pelo menos R\$ 128 milhões em propinas para o esquema do PT na Petrobrás e em outras áreas.

INQUÉRITO

O ministro Teori Zavaski, do STF, ampliou para até novembro o prazo para conclusão da investigação em um dos inquéritos contra o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Nestes autos, Renan é investigado por supostamente ter recebido propina para evitar a instalação de uma CPI da Petrobras.

SEM FERIADO

O Supremo Tribunal Federal decidiu que Curitiba não terá feriado da Consciência Negra. Há três anos, a Câmara Municipal aprovou o feriado de 20 de novembro, em homenagem a Zumbi dos Palmares, mas o feriado nunca foi comemorado. A Associação Comercial do Paraná (ACP) e o Sinduscon entraram com uma ação judicial contra o feriado, alegando que isso iria causar prejuízos para a economia local. O Tribunal de Justiça do Paraná deu ganho de causa à ACP. Agora, a Segunda Turma do STF votou de acordo com o relatório de Gilmar Mendes.

28 SET 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

MENINO LUCAS

Bebê abandonado é acolhido



Colaboração

Lucas Sarzi
lucas@tribunadoparana.com.br

Um bebê abandonado foi acolhido na noite de segunda-feira e está internado no Hospital São José, em São José dos Pinhais. O menino, que tem aproximadamente quatro dias, foi deixado na Rua Colombo, próximo ao cruzamento com a Barão do Cerro Azul, no Centro de São José dos Pinhais.

Conforme apurou a **Tribuna** com a Guarda

Municipal, o bebê estava agasalhado e dentro de uma caixa. No momento em que foi encontrada, a criança inocente dormia sem saber o perigo que corria na rua.

INVESTIGAÇÃO

No Hospital São José, o menino recebeu atendimento e passa bem. Ele foi "batizado" de Lucas. A Polícia Civil investiga o caso e o Conselho Tutelar já foi acionado para ficar res-

ponsável pela criança. Há suspeita de que a mãe seja uma gestante de Tijucas do Sul que chegou em casa ontem sem o filho.

Caso nenhum familiar seja identificado, o bebê pode ser colocado para adoção, mas os trâmites ainda devem demorar. Denúncias que possam ajudar os policiais no trabalho de investigação sobre a família da criança podem ser passadas através do (41) 3299-1500.

Polícia investiga suspeita de que mãe seria de Tijucas do Sul.

28 SET 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Gleisi e Bernardo viram réus

Supremo acatou denúncia contra os ex-ministros

Por unanimidade, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu ontem (27) denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e seu marido, o ex-ministro do Planejamento Paulo Bernardo, pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Com a decisão, os dois passam à condição de réus nas investigações da Operação Lava Jato.


Em maio, o casal foi denunciado sob a acusação de ter recebido R\$ 1 milhão para a campanha da senadora em 2010. De acordo com depoimentos de delatores na Lava Jato, o valor é oriundo de recursos desviados de contratos da Petrobras. Ambos foram citados nas delações do doleiro Alberto Youssef e do ex-diretor da Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. ■

28 SET 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça anula condenações pelo massacre do Carandiru

Ministério Público ainda pode recorrer da decisão

 O Tribunal de Justiça de São Paulo anulou ontem os quatro julgamentos que condenaram 73 policiais militares pelo Massacre do Carandiru, em 2 de outubro de 1992. Os três desembargadores da 4ª Câmara Criminal do Tribunal do Júri responsáveis pelo recurso da defesa dos réus entenderam que não há elementos para mostrar quais foram os crimes cometidos por


cada um dos agentes. Com isso, deverão ser realizados novos julgamentos. O Ministério Público ainda pode recorrer da decisão.

No dia 2 de outubro de 1992, a Polícia Militar de São Paulo matou 111 presos em operação para controlar uma rebelião na Casa de Detenção de São Paulo. Conhecido como Carandiru, o presídio inaugurado em 1920 chegou a abrigar oito mil detentos no período

de maior lotação. A unidade foi desativada e parcialmente demolida em 2002.

Durante o seu voto, o relator, desembargador Ivan Sartori, classificou o processo que resultou nas condenações de "revoltante". Segundo o magistrado, não houve um massacre, já que os policiais, na maioria, agiram em legítima defesa contra presos armados e obedecendo a ordens hierárquicas. ■

Acusados pela morte de cinegrafista vão a júri

 A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou ontem (27) que os acusados pela morte do cinegrafista da TV Bandeirantes Santiago An-

drade sejam julgados pelo Tribunal do Júri do Rio de Janeiro por homicídio qualificado.

Na decisão, os ministros também decidiram retirar da denúncia duas agra-

vantes de impossibilidade de defesa da vítima e motivo torpe no cometimento do crime. Com o entendimento, os acusados responderão somente por uso de explosivos. ■

28 SET 2016

BEMPARANÁ

A Conduta e o Direito Penal

Ministro antecipa operação: "esta semana vai ter mais".

*Jônatas Pirkiel —

Lamentável a posição do Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, ao antecipar fatos da operação que levou à prisão o ex-ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Pode até mesmo responder por crime funcional, a depender do que entender o Procurador-geral da República.

Ao esclarecer o que havia dito em Ribeirão Preto, sobre a realização de uma nova etapa da Operação Lava Jato que seria deflagrada, disse: "Teve a semana passada e esta semana vai ter mais, podem ficar tranquilos. Quando vocês virem esta semana, vão se lembrar de mim".

Ao tempo que o ministro se envolve em assuntos que deveria guardar reserva, o ex-presidente denunciado pelo Ministério Público, saiu a campo, chamou os Procuradores Federais de "crianças" e se colocou como candidato. Tudo isto, direta ou indiretamente, vem em prejuízo da própria operação. Agora é aguardar para ver o que deve acontecer com o ministro que, se não for exonerado, ou pedir sua exoneração, deverá ficar com a boca calada.

A fase 35ª fase da Operação Lava Jato, denominada Omer-tã, investiga a atuação do ex-ministro Antonio Palocci em favor da construtora Odebrecht, envolvendo propina perto de 130 milhões de reais, dos quais o ex-ministro teria ficado com nada menos que 6 milhões. A defesa do ex-ministro nega o recebimento de tais vantagens e dizem que a prisão foi arbitrária e lembra os tempos da ditadura militar.

É normal que operações deste porte, que investiga o maior e mais vultoso caso de corrupção do mundo, coloquem em confronto os acusadores e os acusados. E que envolva o maior número de adversários possíveis para tentar desgastá-la ou até mesmo inviabilizá-la.

O certo é que o trabalho que está sendo realizado pelo Ministério Público não é de "crianças", mas sim de gente grande. Que sabe o que quer fazer e como fazer. Agora o cerco se fecha e o responsável, por ação ou omissão, de toda esta estrutura de corrupção que se estabeleceu no país deverá ter o seu lugar na história: a prisão...

*O autor é advogado criminalista
(jônataspirkiel@terra.com.br)

PAINEL

Curso

A Escola Superior de Advocacia (ESA) promove o curso "Cumprimento de sentença e Execução de título extrajudicial" nos dias 30 de setembro e 1º de outubro. As aulas serão ministradas pelo professor Marcos Noboru Hashimoto. A carga horária é de 6 horas/aulas. Informações www.oabpr.org.br/esa e (41)3250-5750.

Encontro

A Central Sicredi PR/SP/RJ reuniu os escritórios de advocacia que prestam serviços às cooperativas da região durante o 5º Encontro Jurídico Anual, no dia 20 de setembro, em Curitiba. Estiveram presentes cerca de 150 advogados, de 35 escritórios do Paraná, São Paulo, e Rio de Janeiro, que debateram assuntos relevantes e pertinentes ao cooperativismo de crédito.

Motel

Motel é responsável por segurança do carro do cliente guardado em estacionamento privativo destinado ao quarto locado. O entendimento é da 3ª Turma do TJ do Distrito Federal.

Animal

Concessionária de rodovias responde pelo dano causado ao veículo de um usuário decorrente do atropelamento de animal em estrada administrada pela empresa. O entendimento é da 3ª Turma do TJ do Distrito Federal.

Perigo

Vigia não tem direito a adicional de periculosidade pago a vigilantes. O entendimento é da 6ª Turma do TST.

28 SET 2016

BEMPARANÁ

Direito sumular —

Súmula nº 555 do STJ- Quando não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente na forma do art. 173, I, do CTN, nos casos em que a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.

Teori estica inquérito contra Renan

O ministro Teori Zavaski, do Supremo Tribunal Federal (STF), ampliou para até novembro o prazo para conclusão da investigação em um dos inquéritos contra o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Nestes autos, Renan é investigado por supostamente ter recebido propina para evitar a instalação de uma CPI da Petrobras. O Supremo Tribunal Federal autorizou a abertura do inquérito em março deste ano,

após pedido da Procuradoria-Geral da República.

O alargamento do prazo foi pedido pela Polícia Federal. "Defiro a prorrogação de prazo para conclusão das diligências restantes, solicitada pela autoridade policial e ratificada pelo Procurador-Geral da República, até 26 de novembro de 2016, a teor do artigo 230-C, caput, e § 1º, do RISTF (Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal)", determinou Teori.

Janot pede que Bumlai continue preso

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, encaminhou parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF) defendendo a manutenção da prisão preventiva do pecuarista José Carlos Bumlai, amigo do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Na avaliação de Janot, a prisão se justifica para evitar a continuidade das práticas criminosas.

Bumlai foi preso em novembro do ano passado. Ele

chegou a permanecer em regime domiciliar por cerca de cinco meses por razões de saúde mas, no início deste mês, voltou à prisão após fim de tratamento médico. A defesa do pecuarista recorreu ao STF pedindo que ele permaneça em recolhimento domiciliar, com tornozeleira eletrônica, até julgamento do mérito. Janot destaca que o próprio relator, ministro Teori Zavascki, já rejeitou pedido anterior.

28 SET 2016

BEMPARANÁ

Gleisi e Paulo Bernardo viram réus na Lava Jato

Senadora e ex-ministro teriam recebido dinheiro de esquema da Petrobras

Por unanimidade, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu aceitar ontem a denúncia contra a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e o marido, o ex-ministro do Planejamento Paulo Bernardo, que se tornaram réus na Operação Lava Jato. Votaram pelo recebimento da denúncia os cinco ministros que compõem a Segunda Turma: o relator do processo, Teori Zavascki, e os ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello. "Considero que as declarações em colaboração premiada seriam suficientes para juízo de recebimento da denúncia. Aqui há elementos que vão muito além das declarações prestadas em colaboração premiada, de modo que considero preenchidos os requisitos para o recebimento da denúncia e voto nesse sentido", disse Teori.

Gleisi se tornou a primei-



Divulgação

Gleisi: dinheiro teria sido pedido por Paulo Bernardo

ra senadora com mandato atualmente alvo de uma ação penal por suposto esquema de corrupção na Petrobras. Desde março de 2015, Gleisi e Bernardo são investigados por suposto recebimento de R\$ 1 milhão de propina de contratos firmados entre empreiteiras e a Petrobras.

As investigações apontam que o dinheiro foi usado para custear parte da campanha

eleitoral da petista em 2010. Eles negam a acusação. Em abril, a Polícia Federal encaminhou indiciamento de Gleisi ao Supremo. Em maio, a Procuradoria-Geral da República (PGR) ofereceu a denúncia contra o casal. "Existe descrição clara dos fatos", ressaltou o ministro Teori Zavascki.

Ciência - Durante o julgamento, o subprocurador-geral da República Paulo Gustavo

CAIXA DOIS

R\$ 1 milhão

é quanto Gleisi teria recebido do esquema para campanha de 2010

Gonet destacou que a senadora e Paulo Bernardo tinham "plena ciência" do esquema criminoso instalado na Petrobras e da "origem espúria dos recursos que receberam".

De acordo com o subprocurador-geral da República, Paulo Roberto Costa esperava com o dinheiro garantir o apoio de Gleisi e Bernardo "para permanecer nas suas funções" na empresa.